

O azul fluminense: Um estudo sobre o comércio do anil no Rio de Janeiro colonial, 1749–1818

Fábio Pesavento*

Resumo – Em relação à economia colonial brasileira, pouco se conhece acerca das atividades consideradas paralelas às do açúcar e da mineração, consideradas principais. Este estudo pretende, de maneira introdutória, analisar um importante artigo da pauta de exportações fluminenses durante a última metade do século XVIII e início do XIX: o anil ou índigo. Os resultados da pesquisa sugerem que o fim desta atividade se deu, em boa medida, pela falsificação praticada pelos anileiros fluminenses e pela diversificação (ou substituição), praticada pelos lavradores no Rio de Janeiro colonial, do índigo para outras culturas, como o arroz, o feijão e a mandioca.

Palavras-chave – Anil. Rio de Janeiro. Rotatividade entre culturas.

JEL – N56.

Introdução

De um modo geral pouco se sabe acerca das atividades na economia colonial brasileira, consideradas paralelas àquelas que são apontadas como principais. Daí, a preponderância de estudos sobre o açúcar, a mineração ou sobre a mão-de-obra utilizada nesses processos produtivos. Dessa forma, escassas são as análises encontradas sobre as atividades econômicas “secundárias” que existiam no período colonial brasileiro.

Este argumento já parece ser suficiente para um emaranhamento na névoa da atividade econômica marginal. O estudo que se fez aqui toma sentido neste e em outro aspecto: analisar uma nova cultura introduzida

* Doutorando do programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense – UFF (Niterói, Brasil). E-mail: uffpesavento@yahoo.com.br.

pela Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro – o anil ou índigo – entre 1749 e 1818, período que vai do início do processo extrativista do corante azulado naquela Capitania (1749) até o final desse processo (1818). Sobre esse período se encontraram informações quanto à quantidade exportada na balança de comércio nos arquivos da Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro.

O anil, empregado na indústria têxtil, figurava entre os principais produtos exportados pela Capitania do Rio de Janeiro, entre o final do século XVIII e início do XIX. Todavia, esse êxito foi relativamente curto (1779-1807). Este estudo investiga algumas das possíveis causas deste movimento. Para tanto, observou-se, em primeiro lugar, uma descrição da planta do anil, em seguida um histórico desta atividade econômica no Rio de Janeiro e, por último, algumas possíveis causas do declínio dela.

1. A planta *Indigofera*

O anil é um corante, extraído da anileira, empregado para tingir fios de algodão. É comercializado na forma de pó ou grãos. Existem mais de trezentas espécies de *Indigofera* no mundo, porém no Brasil há apenas três espécies (LORENZI, 2000, p. 427-29): *Indigofera Suffruticosa*, *Indigofera Truxillensis* e *Indigofera Hirsuta*. Todas são daninhas, isto é, “grupos de plantas silvestres [não cultivadas] que crescem espontaneamente em todos os solos agrícolas e em outras áreas de interesse do homem [...]” (LORENZI, 2000, p. 23).

Estas leguminosas podem atingir até 2 m de altura, propagam-se por sementes e são todas nativas do Brasil. O período entre o plantio e a colheita é de aproximadamente 45 dias. A *indigofera suffruticosa* é a mais comum na região Sudeste e, juntamente com a *truxillensis*, são as espécies utilizadas como corante. Esta última apresenta coloração verde-cobre e, as demais, azul. Em 1785, Jeronimo Vieira de Abreu, inspetor das fábricas do anil e da mesa de inspeção do Rio de Janeiro, fez uma descrição da planta do anil:

He bem conhecida em todo o districto do Rio de Janeiro a utilissima Planta do Anil, por isso deixando agora de a descrever, bastará advertir, que se divide em

trez especies. A primeira e segunda correspondem a que os dicionarios chamão Bastardo, e só tem a diferença na côr da semente, [uma preta outra verde]. A terceira chama-se Mari, e tem a semente loura de figura oval. São as duas primeiras reputadas por melhores [...] ¹.

Aqui se nota que desde o período colonial se conhece as três espécies de índigo encontradas no Brasil. Isto mostra o conhecimento e o zelo de Jeronimo Vieira de Abreu no seu trabalho.

2. A gênese do anil na capitania do Rio de Janeiro: 1749–1778

Foi no ano de 1749 que o cirurgião francês João Batista Darrigue começou a tentativa de fabricação do anil em terras fluminenses. A ele é atribuída a iniciativa de tentar começar a produção, uma vez que apenas identificou a planta do anil nos arredores do Rio de Janeiro. Na verdade, era “[...] mais da simples fantasia para pretender disfructar o que via, do que huá melhor especulação [...]” ². Faltava-lhe o conhecimento mercantil e os recursos necessários que apenas um negociante da praça poderia lhe fornecer. Assim, a fim de dar um caráter comercial a esta “curiosidade”, Darrigue convenceu o ilustre negociante da cidade, Manoel da Costa Cardozo ³, a investir na produção de anil. Para tanto, foi erigida uma fábrica ⁴ de madeira no Engenho Velho, que ficou pronta em 1750, com um custo significativo ⁵.

Todavia, o insucesso em obter um produto de qualidade, denunciava o despreparo para produzir o corante, tanto do cirurgião quanto do negociante, os quais esbarravam na falta de suporte da Coroa para esta iniciativa. Por isso, “[...] não obstante aplicar as maiores deligencias para conseguir do Reino algum mestre com a precisa inteligencia, [...] resultando em lugar de lucro avultada perda [...]” ⁶.

Diante do fracasso, a fábrica ficou praticamente abandonada até 1771 ⁷, quando outro francês (João de Marins) persuadiu Cardozo a tentar novas experiências. Este não obteve, ainda dessa vez, o retorno esperado, apesar de muito trabalho e de novos investimentos (a fábrica de madeira

cedeu lugar a uma de pedra, por exemplo). O cenário não era animador, pois além das incertezas e dificuldades de se iniciar uma nova cultura, de não se contar com o apoio da Coroa, existia o descaso, “[...] todos ignoravam o seu prestígio, e reputação as antigas experiências como produções fantásticas, e impossíveis de se praticar [...]”⁸.

Cardozo já duvidava da capacidade de obter algum retorno de seu investimento. Mesmo assim, para que isto ocorresse, procurou, em 1772, Jeronimo Vieira de Abreu, que além de ser irmão de outro importante comerciante do Rio de Janeiro, Manoel Luís Vieira (ALDEN, 1954), era amigo particular de Antônio de Oliveira Durão. Depois de alguns experimentos – utilizando-se da experiência de Manoel da Costa Cardozo e fazendo benfeitorias na fábrica – Jeronimo Vieira de Abreu conseguiu extrair um corante de qualidade. Então, logo trataram⁹ de comunicar à Coroa tal feito, pedindo para patentear o processo de preparo em nome de Jeronimo Vieira de Abreu.

Não foi nesta oportunidade que o marquês de Lavradio, que assumira o vice-reinado da capitania do Rio de Janeiro em 1769¹⁰, teve o primeiro contato com as tentativas de fabricação do anil por Cardozo. Em 20 de março de 1772, o vice-rei relata ao ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre aquelas tentativas no Rio de Janeiro. Logo em seguida, o ministro pede para que Lavradio envie uma amostra do anil fabricado, além de informar o custo e a quantidade que se pode produzir por ano¹¹.

Já no segundo mês de 1773,

[...] muito antes de se verificarem os seus inventos, procurou imediatamente o meu Antecessor [Lavradio] fazer comunicar a todos, recomendando ao sobredito Jeronimo Vieira encinhar-se as regras, e os preceitos necessarios áquellas pessoas, que se quizessem aproveitar desta cultura¹².

Com as regras “patenteadas”, Jeronimo Vieira de Abreu tratou de difundir-las. Para isto, “espalhou mais de 800 cópias sobre as regras da fabricação do anil, as quaes se remetteram tambem para as outras capitanias¹³”, bem como sementes da *Indigofera*. Naquela mesma data, Durão e Cardozo ficaram com o privilégio exclusivo de fabricação. Em

agosto de 1773, seguindo as determinações da Coroa e em resposta à carta de fevereiro do mesmo ano, Lavradio designou Jeronimo Vieira de Abreu como inspetor geral das fábricas de anil da capitania do Rio de Janeiro. Determinou, também, que a Fazenda Real pagasse à vista e em dinheiro, todo o anil produzido ali por um período aproximado de dez anos, ao preço de mil Réis (1\$000) o de primeira qualidade, novecentos Réis (\$900) o de segunda e de setecentos Réis (\$700) o de terceira. Por último, estabeleceu que nenhum particular poderia comprar o anil produzido (ALDEN, 1965, p. 49).

Se por um lado o estabelecimento de um preço acima do mercado pela Fazenda Real assim como a compra do anil produzido na capitania do Rio de Janeiro estimulavam o desenvolvimento da cultura do anil, por outro, incentivavam a redução dos custos por parte dos anileiros, podendo ocasionar um produto de baixa qualidade (e não a falsificação). A fim de coibir esse procedimento por parte dos fabricantes de anil, a Coroa delegou a inspeção das fábricas a Jerônimo Vieira de Abreu.

Neste mesmo ano o inspetor das fábricas passa em Andaraí, Lagoa e distritos próximos, para colher sementes e examinar os pés, além de apontar os seus donos¹⁴. Jerônimo era incansável na sua tarefa. Sua dedicação era notável, percorria fazenda a fazenda, casa a casa. Sua presença na sociedade local, contudo, não estava limitada ao anil. Ele possuía mais de seis inventos, entre eles, a máquina de descascar arroz, uma fornalha para poupar lenha, moendas mais ligeiras e a estufa para secar o açúcar. Tratava-se de um cidadão “utilissimo ao Estado, e ao publico, pois que seus importantes conhecimentos, se tem devido de vantajosos augmento das fábricas mais importantes desta Capitania (...) com os meios de suavizar em grande parte dos trabalhos mais pezados¹⁵”. O mais impressionante era “que sem já mais tivesse tido premio algum, sendo alias, digno, e pela sua conduta da Real Attenção de Sua Magestade¹⁶”.

Essa intervenção na produção anileira estendeu-se a outras atividades econômicas como a cochonilha (corante extraído de insetos), o linho e o arroz (WEHLING, 1977). Na verdade, estas medidas de fomento estão inseridas num contexto peculiar. De um lado, existe o crescimento da demanda inglesa por matérias-primas, fruto da Revolução Industrial. De

outro, o arrefecimento do ciclo aurífero, revigorando a agricultura¹⁷. Para ALDEN (1999) o renascimento agrícola se deve a três aspectos: as medidas adotadas pelo marquês de Pombal¹⁸ e sucessores (dentre elas o estímulo à diversificação da produção agrícola), a retomada das rivalidades entre França e Inglaterra (desorganizando os mercados coloniais e arrefecendo o fluxo comercial entre as Antilhas e a Europa), dificuldades, devido a revoltas, de concorrentes importantes do açúcar brasileiro, como São Domingos. Parece claro, portanto, que o incentivo da Coroa ao anil é fruto, em boa medida, destas circunstâncias. Fica nítido, também, que as políticas de fomento agrícola implementadas pelo marquês de Lavradio, estavam em consonância com a política pombalina (forte intervenção estatal na economia) implementada durante o período abrangido por este estudo¹⁹.

Com o preço assegurado, mas principalmente com a compra garantida pela Coroa, as remessas de anil começaram a chegar à Fazenda Real, apesar das queixas de Lavradio sobre “a preguiça natural dos Americanos²⁰”. O marquês estava empolgado com as perspectivas do anil produzido na capitania, pois tinha conseguido “animar bastantes pessoas”. Contudo, existia o empecilho da falta de recursos, uma vez que as guerras se faziam presentes no Sul e o pronto pagamento do anil produzido no Rio de Janeiro ficava ameaçado. A fim de encontrar uma alternativa à carência de meios monetários da Fazenda Real, Lavradio sugere:

[...] que a segurança dos três diferentes preços, segundo as qualidades do anil seja feita por algum dos comerciantes desta Praça dos mais abonados [...] Segundo, que os lavradores deste gênero não tenham obrigação de virem vender só aquele [...] Terceiro, que os mesmo lavradores possam vender pelos preços em que se ajustarem. [Além disto,] que eles possam navegar para a Europa, isto é, remete-lo para Portugal as pessoas que bem lhe parecerem [...] desse modo haverá grande abundancia de todos estes gêneros [anil, cochonilha, arroz e algodão]²¹.

Com estas medidas, Lavradio pretendia aliviar o caixa da Fazenda Real e também coibir a falsificação de anil (como o anileiro desconfia do

pronto pagamento da Coroa pelo índigo entregue, ele opta pela falsificação, colocando água de marisco ou cal a fim de aumentar o peso). Além disto, deixava, em parte, os anileiros sob os auspícios dos grandes negociantes da praça carioca.

Obrigando a estes lavradores, a que só venham fazer as suas vendas a Fazenda Real, isto basta para os por a eles em uma grande desconfiança e a se aplicarem todos a estudarem meios para nos enganarem [a Coroa], falsificam os gêneros que os trouxeram (...) depois os rendimentos gerais desta Capitania não chegam para as despesas que somos obrigados a fazer²².

Esta proposta de Lavradio era pertinente, porém o comportamento oportunista²³ dos agentes surgia não só por parte dos fabricantes, mas também no momento em que o negociante estabelecia o preço de mercado. É sabido que existia pouco crédito na praça do Rio de Janeiro (FRAGOZO; FLORENTINO, 2001, cap. 3). Este cenário restritivo levou à cristalização de uma elite comercial. Com um número diminuto de negociantes de grosso trato, o preço baixo pago aos anileiros fluminenses (metade que a Coroa pagava²⁴) acabava por refletir esta estrutura concentrada. Assim, quando a Fazenda Real não honrava o seu compromisso (ou demorava em quitar a sua dívida com o anileiro), o fabricante recorria aos negociantes, os quais pagavam um preço inferior ao produtor pelo corante produzido.

Com a providencia, que Sua Magestade manda estabelecer para occorrer á falta de meios com que se acha esta Fazenda Real para o prompto pagamento [...] não duvido vá sempre em augmento a cultura do anil, não só porque se facilita a extração certa, mas tambem porque os negociantes não poderão fazersse arbitros do seu valor por hum preço modico, e diminuto, como tem acontecido logo que os pagamentos são demorados, e se não fazem com dinheiro á vista²⁵.

A quantidade de fabricantes neste período era pequena (ver Figura 1 adiante). Assim, pode-se pensar de maneira contrária, isto é, como existiam poucos produtores de anil, estes poderiam forçar o preço para

cima. Contudo, só poderiam vender para a Coroa ou o negociante, pois não existia um mercado interno para o anil. Portanto, quem detinha poder de barganha era o negociante e não o fabricante. Por isso, tanto Lavradio como os vice-reis que o sucederam, clamavam por pagamentos prontos e em dinheiro.

Pode-se dizer que a dinâmica anileira fluminense seguirá, em boa medida, o grau de confiança que os fabricantes e lavradores têm na Fazenda Real quanto ao pagamento. Sabem que se este ocorrer, o preço será superior ao de mercado, elevando o seu lucro. Cabe ressaltar que, a “tecnologia”, a mão-de-obra empregada, o mercado internacional do anil e os choques externos (guerras, crises econômicas) ou internos (estiagem, peste) representarão fatores importantes. Todavia, neste período inicial (1749-1779), quando o lavrador (ou fabricantes) plantar (ou produzir), ele estará observando aquilo que acontece debaixo dos seus pés, e a variável chave para que isto aconteça é o compromisso da Coroa em honrar a sua promessa. Quando isto não acontecer, a produção declinará. Este fato pode estar relacionado à diversificação da produção do lavrador e do fabricante, pois se a Coroa não paga pelo anil, eles migram para outras culturas como a mandioca e o arroz²⁶.

Cada ves o vão beneficiando milhos e se os roseiros não andassem tão devertidos com a plantação do anil e arros poderia haver mayor quantidade, a ambição daqueles dois generos, e a sua lavoura tem feito, que os roseiros não plantem a precioza mandioca e legume com este respeito tem sopido mais farinha e feijão alto preço²⁷.

Quando Lavradio sugere aquelas medidas (preço assegurado pelos negociantes, liberdade para a venda dos lavradores, remessa livre para Lisboa) para o progresso do anil, esbarra – como visto anteriormente – na estrutura de mercado do Rio de Janeiro e na falsificação. Associando-se àquelas, o vice-rei é lembrado por Melo e Castro que a qualidade do anil também era reflexo das técnicas e das fábricas utilizadas na produção. Por isso, o ministro insiste em fazer melhorias. Ressalta-se que a única daquelas sugestões de Lavradio que permaneceu foi a da livre remessa, desde que fosse enviado pelo fabricante apenas o melhor índigo produzido.

[...] enquanto nessa Capital, senão a perfeição as Fabricas, de sorte que o genero nellas fabricado, se sustenta pela sua bondade; o meio mais proprio de evitar os referidos inconvenientes, e de promover ao mesmo tempo a cultura, e fabrico da Anil, era o delle fixar por hua parte hum preço certo, que fizesse conveniencia aos Cultivadores, e Fabricantes. E este foi o que se estabeleceo [...] E de assegurar por outra parte aos mesmos as vendas de todas as quantidades, que tivessem, porque com a certeza do lucro, e com a segurança da venda, he certo que os ditos Cultivadores, e Fabricantes, tinham, e tem maior ventagem que se pode procurar em qualquer ramo de Comercio; principalmente quando se trata de estabelecimento, em que as perdas sempre são certas, e os ganhos muito duvidosos²⁸.

Em 1774, 419 arráteis (ALDEN, 1965, nota 55)²⁹ foram enviados do Rio de Janeiro para Portugal. De 1775 a 1776 encontrou-se quatro amostras enviadas³⁰. Em carta de 8 de outubro de 1776, Melo e Castro afirma que:

[...] ainda que a sua qualidade não he a mais perfeita, se tem com tudo observado que algumas das caixas, que Vossa Excelência mandou da penultima e ultima remessa fazem grande diferença, para melhor, das precedentes, o que dá boas esperanças de que com a continuação e animados os fabricantes [...] dentro em breve tempo, teremos anil tão bom como o de Guatemala³¹.

A qualidade do anil reflete a maneira de se obter o corante. Como será observado no próximo ponto deste capítulo, este processo exige tempo e, principalmente, aprendizado prático. Portanto, seria necessário desprender anos a fim de se conhecer as peculiaridades da extração do anil. Interessante perceber que se passaram quatro anos para se aprender a maneira de obter um anil razoável. Mesmo assim, ainda estava distante de se concorrer com o da Guatemala³².

Quem exercia poder de barganha sobre a Coroa, por vezes, conseguia privilégios exclusivos. Em 1777, Manoel da Costa Cardozo consegue

autorização para o envio direto de anil do Rio de Janeiro para a cidade do Porto, com isenção de direitos, para ser utilizado em uma fábrica de tecidos naquela cidade, de sua propriedade e de seus sócios³³.

Apesar do pagamento descontinuado realizado pela Coroa, o processo de incentivo desta (preço acima do mercado e a compra da produção) e o trabalho de Jeronimo Vieira de Abreu resultaram em avanços, tanto na qualidade como na quantidade produzida. Em 1778, entraram em Lisboa mais 17 mil arráteis e no ano seguinte 113 mil³⁴.

Assim, os primeiros passos do anil fluminense estavam dados. De um lado, existiam os fabricantes, de outro a Coroa que tinha a sua política fomentista estabelecida, ou seja, compra do anil a um preço acima do vigente no mercado e remessa livre para Portugal do melhor corante obtido. Portanto, encerra-se a etapa de aprendizado e inicia-se a do progresso desta cultura.

3. A opulência do anil fluminense: 1779–1807

Luis de Vasconcelos e Souza assume o vice-reinado em 1779. A política fomentista prossegue, porém, prosseguem as queixas de como a falta de pronto pagamento pode arrefecer esta atividade:

Logo que o annil principiou a augmentar-se pelo meio mais proprio de o receber a Fazenda Real e de ser promptamente pago na forma da Ordem de Sua Magestade [...] veio em breve tempo a experimentar uma notável decadencia pela falta de prompto pagamento até o ponto de se deitarem abaixo algumas fabricas, e de se abandonar quasi de todo esta cultura: foi comtudo necessario restabelecel-a outra ves por meio de editaes, que fiz publicar no anno de 1779³⁵.

Em 1779, a Fazenda Real começou a pagar o anil em dinheiro e os fabricantes voltaram a produzir. O resultado desta política fomentista foi que o índigo era o terceiro produto exportado do Rio de Janeiro para Portugal³⁶. Outro dado que confirma os efeitos da presença do Estado na economia anileira são as 406 fábricas de anil³⁷ em diversos distritos do Rio de Janeiro (as evidências, contudo, mostram um número de 39 fábricas³⁸).

Interessante perceber a dedicação de alguns moradores da cidade em contribuir para o desenvolvimento econômico fluminense. Em carta para Melo e Castro, datada de primeiro de agosto de 1780, Luiz de Vasconcelos remete uma amostra de anil que “o bispo d’esta diocese, que tem maior curiozidade, e tem posto o maior cuidado para conseguir aperfeiçoar a plantaçoão, e composiçoão do Anil, me-trouxe as amostras [...]”³⁹.

O custo para a Coroa de manter o pagamento à vista dos anileiros mostrou-se elevado no médio e longo prazo. Em 1781 a dívida da Fazenda Real com eles era de 24:544\$150rs⁴⁰. Por vezes, os fabricantes deixavam o anil, mas saíam desanimados, pois ficavam sem recompensa “pelo esforço de seu trabalho”, uma vez que a Coroa estava sem recursos para fazer frente a esta oferta. Luis de Vasconcelos relata:

[...] ao principio não foi tão dificultosa de observar pela modica quantidade do genero [1773], e por consequencia da despeza, com que se fazia o seu pagamento, à medida que se foi augmentando o mesmo genero, foi sentindo mais e mais demoras na sua tão importante execuçoão; e já agora [...] tem chegado ao ponto de impossibilidade, que só a mesma Senhora pode remediar⁴¹.

Cumprе ressaltar que a qualidade do anil melhorou, apesar da falta do pagamento e da “repugnancia d’estes moradores a novas culturas, tantas vezes lamentada⁴²”. Por isso, Melo e Castro, em novembro de 1781, aumentou o preço do anil para 1.200 Réis (1\$200) o de primeira sorte, mil Réis (1\$000) para o de segunda e oitocentos Réis (\$800) para o de terceira⁴³.

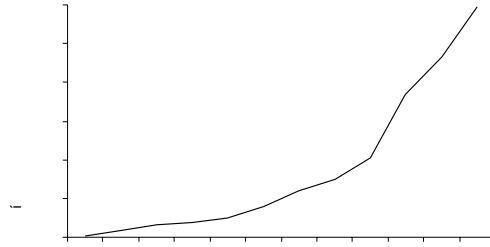
Em 1782, com os preços recém-aumentados e “os fabricantes [...] a perceber o fruto do seo trabalho com o pronto pagamento [...] não hesitaram em restabelecer as suas Fabricas, [...]”⁴⁴. Mesmo assim, sabia-se que a Fazenda Real, por vezes, demorava em honrar os seus compromissos, levando os negociantes e fabricantes a negociarem diretamente, o que estava proibido. Este comércio ilegal foi alvo da atenção de Luiz de Vasconcelos, porém “todos os esforços, que heide pôr, para que os negociantes não consigão o seo projeto no estado, em que se-acha a Fazenda Real, ou hão de ser inúteis, ou farão com que a mesma não pora continuar outras despezas de suma necessidade⁴⁵”. Realizada a operação

entre o fabricante e o negociante, a próxima etapa seria o contrabando. Este se dava quando o capitão da embarcação, por uma “distração”, equivocava-se no momento de registrar a quantidade correta embarcada. Isto para evitar despesas com a Casa da Índia, com o fisco, ou ainda, para obter divisas. Difícil encontrar uma solução para este problema, visto a grande movimentação portuária no Rio de Janeiro.

Uma outra preocupação de Vasconcelos era a falsificação praticada pelos anileiros fluminenses. O vice-rei determinou que Jeronimo Vieira de Abreu, então diretor da Mesa de Inspeção, registrasse todas as fábricas desta Capital, ensinado o modo correto de o fazer, proibindo a falsificação⁴⁶. Dentre os problemas assinalados, a falta de pronto pagamento era o que exigia uma solução definitiva, pois sem os recursos suficientes os anileiros e negociantes da praça carioca comercializariam, levando à prática de contrabando e arrefecendo a arrecadação do fisco. Assim, para tentar por fim às dificuldades financeiras da Fazenda Real, Sua Majestade, finalmente, ordena:

[...] que Vossa Excelencia remeta á minha ordem a entregar no Jardim Botânico, todo o Anil, e Coxoniha, que se comprar nessa Capitania por conta da Fazenda Real, [...] avizando-me Vossa Excelencia da importancia destas compras, para que do mesmo Jardim Botânico se paguem no Erario Regio as somas que ahi se tiverem desembolsado com os referidos generos⁴⁷.

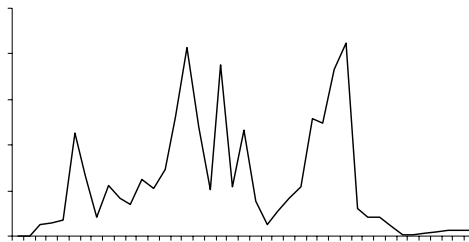
O vice-rei conhecia o limite desta determinação, “Vossa Excelencia me participa [...] para evitar o inconveniente do grande desembolso⁴⁸”. Todavia, este não ocorreu, pois “[...] os negociantes desta Praça tem comprado dos Fabricantes, para o exportarem para Lisboa, e Porto, nas diversas embarcações, que daqui tem sahido [...]”⁴⁹. O comércio direto entre anileiros e negociantes, revela a proporção que esta atividade assumiu no Rio de Janeiro na década de 1780. Se por volta de 1779 tinha-se 39 fábricas, em 1785 existiam 282 fábricas⁵⁰ (veja Figura 1 abaixo). As quantidades produzidas anualmente entre 1779 e 1789 somam 4 mil arrobas⁵¹. Difícil, portanto, seria a tarefa da Fazenda Real de fazer frente a esta oferta.



Fonte: Jeronimo Vieira de Abreu. Mapa registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na Capitania do Rio de Janeiro, em resposta a uma portaria do vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Souza], datada de 8 de janeiro de 1783. Rio de Janeiro em 31/05/1784. (AHU), Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937. Elaboração própria.

Figura 1 – Número de fábricas de anil construídas anualmente na capitania do Rio de Janeiro de 1772 a 1785

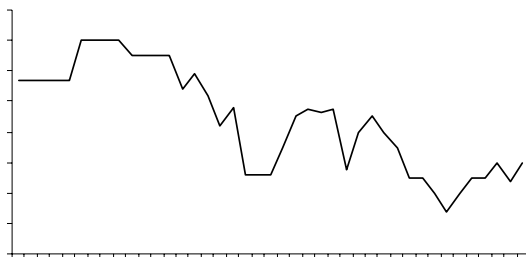
Parece que a dinâmica anileira pós 1786 não seria mais a mesma. Se antes a produção estava atrelada ao pagamento da Fazenda Real, agora – considerando as dificuldades em que esta se encontrava e a dimensão que tomou o mercado do anil fluminense – os negociantes “tornam-se árbitros” do mercado. O que se esperava era que os anileiros desanimassem no seu ímpeto produtivo (devido ao preço menor praticado pelos negociantes) fazendo a produção de índigo cair, contudo não é o que se observa até 1807, à exceção de 1800 e 1801. Observe a Figura 2.



Fonte: 1774–75: ALDEN (1965), nota de rodapé 50, p. 55. 1776–77: aproximação por *idem* nota de rodapé 48. 1778: BN – 1,2,47 – p. 111–12v. 1779: *RIHGB*, t. XLVII, 1844, p. 46–51. 1780: média simples entre 1779 e 81. 1781: AN, código 67, v. 9, p. 49v (multiplicado por 6). 1782: AN, código 68, v. 5, p. 210 (multiplicado por 6). 1783: AN, código 68, v. 6, p.77 e 167. 1784: AN, código 68, v. 6, p. 270. 1785: AN, código 67, vol. 14, p. 10–16; código 68, v. 6, p. 301 e 274 e código 68, v. 7, p. 71. 1786: AN, código 68, vol. 7, p. 71 (aproximação); 1787: Balança de comércio na BN, aproximação. 1788–90: documentos sobre o anil, BN, 26,1,203. 1791: *idem* 1788–90, porém aproximando. 1796–1807 e 1809–11: ARRUDA (1980), tabela 78 e 79. 1808, 1812–13 e 1815–18: Balanças de comércio na BN. 1814: média simples entre 1815 e 1813. Elaboração própria.

Figura 2 – Exportação anual de anil na capitania do Rio de Janeiro: 1774–91, 1796–1818⁵²

Quando se analisa a tendência do preço de exportação nominal médio anual, por arráteis em Réis, do anil de 1773-91 e 1796-1818, verifica-se uma tendência de queda.



Fonte: 1773-86: preço fixo assegurado pela Coroa. 1787: Balança de comércio na BN. 1788-91: documentos sobre o anil, BN, 26,1,203. 1796-1807 e 1809-11: ARRUDA (1980), tabela 78 e 79. 1808, 1812-13 e 1815-18: Balanças de comércio na BN. 1814: média simples entre 1815 e 1813. Elaboração própria.

Figura 3 – Preço de exportação médio nominal anual do anil fluminense: 1773-91, 1796-1818⁵³

De um modo geral, pode-se dizer que o desempenho razoável do anil fluminense até 1800 e de 1802-1807 deve-se a um cenário externo favorável, pois as condições internas estavam postas. Diversos aspectos influenciaram este desempenho: a adoção de uma política de guerra neutra de Portugal (até 1802), associada ao fomento da indústria têxtil portuguesa; a revolta de São Domingos, iniciada em 1790-92 e prolongada até 1800, as quais desorganizaram este importante concorrente; a Revolução Francesa – envolvendo Inglaterra, França e Espanha – a qual acabou arrefecendo o outro concorrente do anil brasileiro: a Guatemala; por último, a substituição do anil americano pela cultura do algodão pós 1794. Portanto, os principais concorrentes brasileiros (São Domingos, Guatemala e Carolina do Norte) estavam com suas produções ou sendo substituídas por outras, ou praticamente paradas devido a guerras ou revoltas. Este cenário externo favoreceu a produção de anil fluminense até 1807.

4. O fim do brilho: a queda da produção anileira fluminense, 1808 – 1818

Grosso modo, pode-se afirmar que ALDEN (1965), BOXER (2002) e ABRANTES (1852) têm o mesmo escólio para o fim desta atividade. Para eles, isso se deveu à questão exógena, qual seja, a reorganização da produção do anil na Índia pelos ingleses. Boxer avança, apontando uma questão endógena, a pior qualidade do produto produzido no Rio de Janeiro devido ao atraso técnico.

[...] a Companhia das Índias Ocidentais – a inglesa – , depois da perda das colônias norte-americanas, investiu somas vultuosas na reabilitação da indústria anileira na Índia. O anil brasileiro, mal preparado e mal trabalhado em comparação com o concorrente, foi logo excluído do mercado internacional. O atraso das técnicas agrícolas brasileiras foi o motivo principal para que os produtos de exportação desse país não pudessem (em geral) ter êxito ao competir, a não ser quando ajudados por circunstâncias fortuitas [...] (BOXER, 2002, p. 209-10).

Arno Wehling também sugere que a produção indiana arrefeceu a brasileira, devido à queda dos preços que esta reorganização provocou. Assim, só quem tivesse “uma alta produtividade, beneficiada por uma política fomentista de vastos recursos, bom padrão técnico e baixo preço de mão-de-obra, poderia ter condições para competir. Não era este, evidentemente, o caso do Brasil.” (WEHLING, 1977, p. 237). A Inglaterra, principal mercado do anil, acabava por suprir a sua demanda via Índia. Todavia, no período 1796-1811, quem mais importou índigo brasileiro foi Hamburgo (149.861 arráteis) e não a Inglaterra (134.680 arráteis) (ARRUDA, 1980, tabela 79). Claro que o mercado inglês era importante, mas existiam outros, como o francês, o italiano e o holandês, os quais importaram mais de 230 mil arráteis (IDEM) de anil do Rio de Janeiro, entre 1796-1811. Um outro aspecto está relacionado às exportações de Portugal para as nações estrangeiras entre 1815 e 1818.

Quadro 1 - Exportações (em arráteis e em Réis) do anil português para as nações estrangeiras: 1815–18⁵⁴

Anos	Exportado de Portugal para					
	Da Ásia	Do Brasil	1 ^o	2 ^o	3 ^o	4 ^o
1815	29.760	12.000	Itália	França	Hamburgo	Holanda
1816	48.256\$160	20.753\$400	França	Hamburgo	–	–
1817	69.133	7.228	Hamburgo	França	Itália	Áustria
1818	86.958\$400	34.909\$545	Hamburgo	Áustria	Itália	França

Fonte: Balanças de comércio arquivadas na BN.

Esse quadro mostra que a produção de anil português asiático (ou seria a revenda do produto indiano produzido na Ásia pelos ingleses?) é bem superior à brasileira. Isto sugere que os portugueses podem ter preferido investir no anil asiático, deixando a produção brasileira em segundo plano, pois o Brasil tinha outras potencialidades que não o anil, tais como o açúcar e o café, por exemplo. É fato que a reorganização do anil indiano colaborou para o declínio do brasileiro, assim como o Bloqueio Continental e o fim do comércio neutro de Portugal. Contudo, existem questões internas que precisam ser levantadas a fim de entender este movimento. Uma delas é que, embora o anil brasileiro fosse de qualidade inferior ao indiano, já em 1785, o índigo produzido no Brasil foi vendido com sucesso num leilão em Lisboa⁵⁵. Ou seja, as técnicas e o processo de produção até poderiam ser precárias, mas não parecem ter condicionado a queda do índigo. O que poderia ter prejudicado a performance do anil produzido no Rio de Janeiro era a baixa credibilidade deste junto ao comprador internacional, em face da prática de falsificação do anil fluminense, o que era uma preocupação da Coroa, pois manchava a reputação deste produto. Em carta de 1798 para a Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro, Rodrigo Coutinho reclama disto, salientando “que deixando por mais tempo sem remedio [a falsificação], acabarão o commercio tão vantajoso⁵⁶.” Outro indício deste fato, foi publicado no jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1812.

[...] O districto em que tem cahido na Europa o Annil do Brasil, o qual tendo todas as razões para formar hum avultado ramo de Commercio de exportação

desse Paiz, se acha reduzido a hum summo estado de decadência, pela negligência com que até agora tem sido fabricado, que lhe tem alcançado o último lugar nos preços correntes estrangeiros (...) ao fim de que nossos Commerçiantes, costumando-se a não exportar senão o bom Anil, possam restituir a esta preciosa parte de nossas riquezas nacionaes⁵⁷.

Um outro aspecto interno que pode ter contribuído para o declínio do anil produzido no Rio de Janeiro é o que ocorreu, por exemplo, em Cabo Frio. Nesta cidade existiam 206 fábricas de anil no ano de 1797. Em comparação com outros ramos de comércio, as fábricas de açúcar somavam dezenove e as de aguardente, nove. A produção de anil alcançou 780 arrobas sendo que já tinham exportado

[...] para o Rio de Janeiro o melhor de 1.500 arrobas por anno. [Contudo,] hoje quase se acha extinta esta plantação pelo atrazo que tem avido na produção della, e apezar dos trabalhos, e idéias com que os lavradores têm [...] não tem correspondido o fruto ao trabalho, ficando em ignorancia a causa do esmorecimento desta planta depois de nascida, [...] por cujo motivo se têm voltado para as plantações de mandioca, milhos, feijões e arroes, e com especialidade para as canas-de-açúcar⁵⁸.

Diante do insucesso no combate à “causa do esmorecimento”, migraram para outras atividades, primeiro para sobreviverem, depois para lucrarem. A substituição de cultura parece presente no anil e o caso de Cabo Frio é mais um exemplo. Assim, caso o fabricante (ou lavrador) vislumbrasse o fracasso de sua produção (pela falta de pagamento, baixo preço, melhor preço de um substituto), ele migrava para outra cultura que lhe era conhecida. A substituição ou rotatividade entre culturas é também sugerida pelos inventários⁵⁹ encontrados, os quais apontam que os anileiros fluminenses cultivavam mais de uma cultura.

5. Conclusão

O esforço que se fez até aqui foi no sentido de tentar recuperar a importância das atividades econômicas “secundárias”, assim como avançar – mesmo que de maneira introdutória – na pesquisa sobre as características da economia fluminense entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX.

O objetivo deste estudo foi tentar investigar as possíveis causas do declínio do anil no Rio de Janeiro colonial, assim como analisar as características da sua produção. Para tal, iniciou-se o trabalho verificando que a política fomentista promovida pelo marquês de Lavradio, a qual estava em consonância com as medidas adotadas por Pombal, em poucos anos de sua implementação fez a produção de anil fluminense se destacar na balança comercial da capitania do Rio de Janeiro. Em 1779, o corante azulado aparece como sendo o terceiro artigo mais exportado para Portugal. O número de fabricantes amplia-se e a Coroa portuguesa não consegue fazer frente à oferta dos anileiros. Diante disto, os negociantes de grosso trato assumem a compra do índigo, pagando a metade do preço estabelecido pela Coroa. Mesmo assim a produção se mantém em níveis significativos até 1807.

Como visto, o êxito desta atividade econômica, em terras fluminenses, é curto. Depois de estudar, introdutoriamente, o desenvolvimento do comércio do índigo no Rio de Janeiro, através da documentação encontrada, sugeriu-se que este breve progresso foi causado não pela qualidade do anil produzido, mas sim pela prática de falsificação. Outro fator foi a policultura realizada pelos anileiros. Assim, diante de dificuldades em se produzir (plantar) o anil, estes migravam para outras culturas conhecidas.

O anil poderia ter desempenhado um papel de destaque por mais alguns anos, visto que existiam outros países, excluindo-se a Inglaterra, que demandariam o anil brasileiro. Contudo, parece que esta não era a intenção da Coroa, observado o cenário externo (produção de anil na Ásia) e interno (potencial de outras culturas como o açúcar e o café), tampouco dos produtores de anil (dado o ganho com o plantio de outras culturas, pois existia rotatividade entre estas) e menos ainda dos compradores internacionais em face da falsificação.

Notas

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

- ¹ Jeronimo Vieira de Abreu. *Brevíssima instrução para uso dos fabricantes de anil nas colônias de Sua Majestade Fidelíssima*. Rio de Janeiro, 1785 – BN – 5,1,5.
- ² Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro, em 17 jan. 1785. AN, códice 68, v. 6, p. 260-v.
- ³ Segundo o cônego Januário da Cunha Barbosa – em *Nota sobre o anil*, IHGB, lata 21, pasta 18 – também participou do investimento o negociante Francisco Xavier de Lima.
- ⁴ Suas características serão discutidas no próximo tópico.
- ⁵ Segundo cônego Januário da Cunha Barbosa, op. cit., o investimento foi de 16 mil cruzados.
- ⁶ Luiz de Vasconcelos para Mello e Castro. Rio de Janeiro, em 17 jan. 1785. AN, códice 68, v. 6, p. 260.
- ⁷ Em 1761 Cardozo anexou terras à *chácara do anil*, no valor de 1:430\$000rs. Cf. REVISTA DO ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, p. 216-17.
- ⁸ Luiz de Vasconcelos para Mello e Castro, op. cit., p. 260-v.
- ⁹ Manoel da Costa Cardozo, Domingos José Henrique de Paiva e Ildefonso Jozé da Costa. Cf. cônego Januário da Cunha Barbosa, op. cit.
- ¹⁰ Sobre o contexto econômico fluminense neste período, veja ALDEN (1968), LOBO (1970), CAVALCANTI (2004) e D'ALMEIDA (1942).
- ¹¹ Melo e Castro para Lavradio, Palácio Nossa Senhora da Ajuda, em 20 nov. 1772. AN, códice 67, v. 4, p. 233-v.
- ¹² *Ibid.*, p. 261.
- ¹³ Cônego Januário da Cunha Barbosa, op. cit.
- ¹⁴ Petições, despachos e outros documentos sobre as invenções de Jeronimo Vieira de Abreu. Rio de Janeiro, em 15 nov. 1773. BN – II, 34,24,9 – p. 9-10.
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 54. Depoimento assinado pelo doutor Balthazar da Silva Lisboa, Anacleto Elias da Fonseca, Jozé Velho Pereira e Manoel Gomes Cardozo no Rio de Janeiro em 22 out. 1793.
- ¹⁶ *Ibid.* p. 54.
- ¹⁷ Para uma análise sobre a existência ou não de um revigoramento agrícola, ver FRAGOSO (1998).
- ¹⁸ Entre elas a criação de companhias de monopólio de comércio (como a Grão-Pará e Maranhão em 1751), o combate ao contrabando, o aumento da produção mineira e a instalação de mesas de inspeção, a fim de melhorar a qualidade dos produtos exportados, sinalizar o preço de mercado e resolver conflitos entre exportadores e importadores, além do estímulo a novas culturas agrícolas (ALDEN, 1999).

- ¹⁹ Sobre o período pombalino ver FALCON (1993) e BOXER (2002, p. 190-215).
- ²⁰ Lavradio para Melo e Castro, Rio de Janeiro, em 26 fev. 1774. Também D'ALMEIDA (1942, p. 181).
- ²¹ *Ibid.*, p. 182-84.
- ²² *Ibid.*, p. 184.
- ²³ Obter os benefícios de uma ação ilegal, sem incorrer nos custos.
- ²⁴ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro, em 17 jan. 1785. AN, códice 68, v. 6, p. 261.
- ²⁵ *Ibid.*, p. 260.
- ²⁶ Esta discussão será ampliada em 2.3 e no capítulo 3.
- ²⁷ João Hopman para Lavradio. Rio de Janeiro, em 4 maio 1780. AN, microfilme n. 025.97, Flash 3, rd. 42.5 - 42.6.
- ²⁸ Melo e Castro para Lavradio. Palácio N.S. D'Ajuda, em 24 nov. 1774. AN, códice 67, v. 5, p. 155-55-v.
- ²⁹ Neste trabalho 1 arrátel = 0,04 arrobas.
- ³⁰ Em 1775, AN, códice 69, v. 2, p. 113-v. Em 1776, AN, códice 69, v. 2, p. 119, 119-v. e 126.
- ³¹ Melo e Castro para Lavradio. Palácio N.S. D'Ajuda, em 8 out. 1776. BN, I,31,31,1, p. 36.
- ³² *Idem*, p.36-v.
- ³³ AN, códice 67, v. 6, p. 30-30-v.
- ³⁴ Melo e Castro para Lavradio. Palácio N.S. D'Ajuda, em 4 nov. 1778. BN – I,2,47 – p. 111-12-v. Este diz que têm entrado em Lisboa 17 mil arráteis no ano de 1778. 1779: *RIHGB*, t. XLVII, 1844, p. 46-51.
- ³⁵ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. *RIHGB*, v. 23, 1860, p. 188.
- ³⁶ Memórias públicas e econômicas da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcelos, por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*, t. 47, 1884, p. 46-51.
- ³⁷ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. *RIHGB*, v. 23, 1860, p. 189.
- ³⁸ Jeronimo Vieira de Abreu. Mapa assinado por Jeronimo Vieira de Abreu, registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na Capitania do Rio de Janeiro, em resposta a uma portaria do vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Souza], datada de 8 de janeiro de 1783. Rio de Janeiro em 31 maio 1784. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.
- ³⁹ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro, em 1 ago. 1780, AN, códice 68, v. 3, p. 153 e 37-v.
- ⁴⁰ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. *RIHGB*, v. 23, 1860, p. 189.

- ⁴¹ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro, em 15 jul. 1781. *RIHGB*, v. 256, jul.set., 1962, p. 201.
- ⁴² *Ibid.*, p. 200.
- ⁴³ Melo e Castro para Luiz de Vasconcelos. Palácio de Queluz, em 1 nov. 1781. AN, códice 67, v. 9, p. 49-v.
- ⁴⁴ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro, em 5 ago. 1782. AN, códice 68, v. 5, p. 209.
- ⁴⁵ Luiz de Vasconcelos para Mello e Castro. Rio de Janeiro, em 14 jul. 1783. AN, códice 68, v. 6, p. 76.
- ⁴⁶ Portaria de 8/1/1783. Rio de Janeiro. BN – II,34,24,9 – p. 11-v.
- ⁴⁷ Melo e Castro para Luiz de Vasconcelos. Palácio de Queluz em 11 ago. 1784. AN, códice 67, v. 12, p. 76.
- ⁴⁸ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro, em 17 jan. 1785. AN, códice 68, v. 6, p. 260.
- ⁴⁹ *Ibid.*, p. 260.
- ⁵⁰ Jeronimo Vieira de Abreu. Mapa assinado por Jeronimo Vieira de Abreu, registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na Capitania do Rio de Janeiro, em resposta a uma portaria do vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Souza], datada de 8 de janeiro de 1783. Rio de Janeiro em 31 maio 1784. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.
- ⁵¹ Memórias públicas e econômicas. *RIHGB*, t. 47, 1884, p. 49.
- ⁵² Como não existia mercado interno para o anil fluminense a exportação representa a produção deste.
- ⁵³ Média dos preços anuais das três qualidades do anil por arrâtel em Réis.
- ⁵⁴ Exportação de anil e outras drogas. O anil fluminense exportado representava menos que 1% do total das exportações fluminenses.
- ⁵⁵ Melo e Castro para Luiz de Vasconcelos. Terra de Magos em 6/3/1786. AN, códice 67, v.14, p. 10-16.
- ⁵⁶ Dom Rodrigo de S. Coutinho para Presidente da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro. Palácio de Queluz em 25/10/1798. AN, códice 67, v. 23, p. 175.
- ⁵⁷ Continuação das noções sobre o anil. *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro* em 18/04/1812. BN, obras raras, microfilme pr-sor4, p. 70.
- ⁵⁸ Sem autor. Memória histórica da cidade de Cabo Frio e de todo o seu distrito. Sem local em 1797. *RIHGB*, t. XLVI, 1883, p. 219.
- ⁵⁹ Ver bibliografia.

The Blue Fluminense: The indigo in colonial Rio de Janeiro, 1749–1818

Abstract – In a general way, little is known about the parallel activities to those considered most important (sugar and mining, mainly) in the Brazilian colonial economy. Hence, this article, in an introductory way, intends to analyze an important article among Rio de Janeiro exports during the last half of 18th century and the beginning of the 19th century: the indigo. The results suggest that the end of this activity in Rio de Janeiro occurred, mainly, on one hand, due to falsification practices by indigo growers and, on the other hand, the diversification of cultures (the substitution of indigo for rice, bean, cassava).

Key words – Indigo. Rio de Janeiro. Rotation of cultures.

JEL – N56.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

Arquivo Nacional (AN)

Códices: 67 vol. 4-6,9,12,14,21,23; 68 vol. 5-7; 69 vol. 2.

Microfilmes: n. 025.97 flash 3, rodo 42.5-42.6.

Inventários: Domingos Gonçalves Gago, n. 3467, caixa 3874; Francisco de Macedo Freire, n.1297, caixa 4136; José Teixeira, n. 8635, maço 451; Francisco Antunes Suzano, n. 96, caixa 6831; Manoel Antunes Suzano, n. 22, caixa 3629; Manoel da Costa Cardozo, códice 67, vol. 21, p. 108. Thereza de Jesus, n. 8667, maço 453.

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHL)

Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.

Biblioteca Nacional (BN)

Balanças de Comércio dos anos 1787, 1796 a 1813, 1815-18.

Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa – obras raras – E, 1, 1-10 – verso. 6.

Documentos sobre o anil: 26, 1, 203.

Duarte Ribeiro de Macedo. Discurso sobre os gêneros para o comércio – 1, 1, 13 – n. 2.

Gazeta do Rio de Janeiro, obras raras, microfilme pr-sor4, p. 70.

Brevíssima instrução para uso dos fabricantes de anil nas colônias de Sua Majestade Fidelíssima. Rio de Janeiro, 1785 – BN – 5,1,5.

Melo e Castro para Lavradio. Palácio N.S. D’Ajuda em 4/11/1778 – I,2,47.

Petições, despachos e outros documentos sobre as invenções de Jeronimo Vieira de Abreu. II, 34,24,9.

Portaria de 8/1/1783. Rio de Janeiro: II,34,24,9.

IHGB

Arq. 1.2.36, Conselho Ultramarino – Évora – t. XVII – p. 64.

Arq. 1.2.24, Conselho Ultramarino – Évora – t. V – p. 134, p. 142 verso-143.

Arq. 1.2.25, Conselho Ultramarino – Évora – t. VI – p. 136.

Arq. 1.2.25, Conselho Ultramarino – Évora – t. VI – p. 231-31 verso.

Arq. 1.2.26, Conselho Ultramarino – Évora – t. VII – p. 83.

Arq. 1,1,12, Conselho Ultramarino – vol. 12 – t. 2, p. 69-71, 84, 108, 109-10, 111-12.

Arq. 1,1,12, Conselho Ultramarino – vol. 12 – t. 2, p. 111-12.

Lata 21, pasta 18.

Lata 280, pasta 10, p. 1-2.

Lata 210, pasta 10, documento 25.

Lata 443, pasta 13.

Fontes secundárias

ABRANTES, Visconde de. Qual a origem da cultura e commercio do anil entre nós e quaes as causas do seu progresso e da sua decadencia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 15, p. 42-60, 1852.

ALDEN, D. Manoel Luís Vieira: An entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance. *The Hispanic American Historical Review*, n. 4, p. 521-37, nov.1954.

_____. The growth and decline of indigo production in colonial Brazil: study in comparative economic history. *Journal of Economic History*, v.25, n.1, p. 35-65, 1965.

_____. Colonial roots of modern Brazil: papers of the Newberry library conference. Berkeley: University of California Press, 1973.

_____. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, L. *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: EDUSP, v.2, 1999.

_____. Royal Government in colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. Berkeley: University of California Press, 1968.

ALMEIDA, L.F. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante séculos VXII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*, t. 15, p. 339-481, 1976.

ARRUDA, J.J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BETHELL, L. *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: EDUSP, v. 2, 1999.

BOXER, C. *O Império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano, o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAVALCANTI, N.O. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COARACY, V. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

D'ALMEIDA, D.J. *Vice-Reinado de D. Luiz D'Almeida Portugal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

FALCON, F. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993.

FRAGOSO, J. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LAPA, J.R.A. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LOBO, E.M.L. Rio de Janeiro e Charleston, SC.: as comunidades de mercadores no século XVIII. *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, v. 12, n. 4, p. 565-582, oct. 1970.

PESAVENTO, F. O azul fluminense: a indústria do anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818. In: ENCONTRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2., 2004, Niterói. Cópia particular do autor.

REVISTA DO ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL. Rio de Janeiro, v. 2, jan. 1895.

SALGADO, G. (Org.) *Fiscais e meirinhos: a administração do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WEHLING, A. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. *Revista do IHGB*, v.316, p.170-279, jul.-set. 1977.

WEHLING, A.; WEHLING, M.J.C. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Recebido para publicação em outubro de 2004.

Aprovado para publicação em maio de 2005.